

Escalada de guerra no Médio Oriente

## Travar a agressão e a ingerência

**O Conselho Português para a Paz e Cooperação pretende mobilizar o povo português contra a escalada de guerra no Médio Oriente, nomeadamente contra as agressões militares que poderão estar em preparação contra a Síria e contra o Irão.**

Na XXII Assembleia da Paz, realizada em Lisboa no dia 19 de Novembro (da qual damos conta nesta edição), foi aprovada uma moção onde se acusava os Estados Unidos da América e os seus aliados de, «na sequência da autêntica barbárie que lançaram contra o povo líbio», se estarem a lançar agora «na provocação, na desestabilização interna e na ameaça de agressão militar directa», não só contra a Síria como também contra o Irão. A moção considerava ainda que a não ser travada esta escalada de confronto e de guerra imperialista, a humanidade «enfrentará uma potencial catástrofe de grandes dimensões».

Os activistas da paz reafirmaram, aí, aquelas que são as suas exigências fundamentais relativamente a esta questão: o fim de toda e qualquer ingerência e desestabilização na Síria e o respeito pela soberania do seu



povo e pela independência e integridade territorial deste país (incluindo a recuperação dos seus territórios ilegalmente ocupados por Israel); o fim das ameaças de agressão ao Irão e o cabal cumprimento do Tratado de Não Proliferação Nuclear, designadamente pelos EUA e Israel; o respeito, por parte do Governo por-

tuguês, pela Constituição da República – que preconiza a solução pacífica dos conflitos internacionais e a não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados – e pela Carta das Nações Unidas.

### Posição comum

Apenas um mês depois da XXII Assembleia da Paz, foi divulgada uma posição comum subscrita por várias organizações nacionais dos mais variados sectores contra uma eventual agressão militar contra a Síria. A iniciativa partiu do CPPC.

As organizações subscritoras realçam

que, «independentemente da posição que se possa ter quanto ao regime sírio, o que está em causa e não podemos deixar de denunciar e rejeitar é que, tal como aconteceu com a Líbia, se instrumentalizam e ali-

mentam questões internas, dificuldades e contradições de um país com o fim de promover a desestabilização, o conflito, o bloqueio económico e político, e ameaçando também de agressão militar directa». Intuitos estes, acrescentam, acompanhados por uma «intensa operação de desinformação e de tenta- ▶

A XXII Assembleia da Paz, realizada em Lisboa no dia 19 de Novembro, definiu o reforço do movimento da Paz em Portugal como um dos objectivos centrais da acção do CPPC nos próximos dois anos, a par do desenvolvimento de uma ampla intervenção em defesa da Constituição da República e por uma política externa em consonância com o consagrado nos três primeiros pontos do seu artigo 7.º.

A luta contra a guerra e o militarismo, a intensificação da solidariedade e cooperação com os povos do mundo são outras das linhas aprovadas. Para que tudo isto se concretize há que reforçar o CPPC.

### Tudo sobre a XXII Assembleia:

- As principais linhas de acção
  - Os órgãos sociais eleitos
  - As moções
  - As intervenções
- Páginas 2 a 5



XXII Assembleia  
Pela **PAZ!**  
**TODOS**  
não **somos**  
demais!



► tiva de instrumentalização das Nações Unidas e suas agências, de modo a justificar inaceitáveis propósitos belicistas, com o seu lastro de morte e destruição».

Na posição comum lembra-se ainda que são os mesmos que impuseram a guerra em diversos pontos do globo e que aí são «responsáveis e cúmplices de violações dos direitos humanos e dos povos», os que «clamam hipocritamente pelo seu respeito, acenando de novo com a barbárie de nova guerra que terá agora como principal vítima o povo sírio, as suas legítimas aspirações e os seus direitos de soberania, políticos, económicos e sociais». A perigosa escalada de ingerência e de guerra levada a cabo pelos EUA e seus aliados, acrescentam, é movida principalmente contra os países que «assumem posições que contrariam os propósitos imperialistas nesta região e que aí enfrentam e rejeitam a política de Israel» – como é manifestamente o caso da Síria e do Irão.

As organizações exigem o fim da ingerência e da escalada de agressão contra a Síria e querem ser acompanhados nesta exigência pelo Governo português.

## Amplo consenso

A posição comum, que continua aberta à subscrição de organizações e movimentos nacionais, foi apoiada até ao momento pelas seguintes organizações:

A Voz do Operário; Associação de Amizade Portugal-Cuba; Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa; Associação Iuri Gagarin; Associação Projecto Ruído; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional; Conselho Português para a Paz e Cooperação; Ecolojovem - “Os Verdes”; Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal; Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços; Fiequimetal; Interjovem; Juventude Comunista Portuguesa; Movimento Democrático de Mulheres; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal; União dos Resistentes Antifascistas Portugueses; União dos Sindicatos de Aveiro.



## XXII Assembleia da Paz

# Pela Paz! Todos não somos demais

O reforço do movimento da paz em Portugal é um dos objectivos centrais do CPPC para os próximos dois anos, definido na XXII Assembleia da Paz, realizada no dia 19 de Novembro no Jardim de Inverno do Teatro Municipal de São Luiz, em Lisboa.

Para além do seu reforço orgânico próprio, é propósito do CPPC – como ficou previsto no Plano de Acção para o biénio 2011/2013, aprovado por unanimidade – «estabelecer bases de entendimento com outras organizações do movimento da paz na prossecução de objectivos convergentes ou comuns, promovendo tomadas de posição, iniciativas, campanhas e plataformas conjuntas». Sem prejuízo, como é evidente, da sua autonomia e dos seus princípios. Uma das acções a levar a cabo neste período temporal é a [promoção e desenvolvimento de uma «ampla intervenção em defesa da Constituição da República Portuguesa»](#) e por uma política externa portuguesa em consonância com o consagrado nos três primeiros pontos do seu Artigo 7.º, assim como dos princípios consagrados na Carta da ONU e do Direito Internacional».

No topo das prioridades mantém-se a luta contra a guerra e o militarismo, prevista no Plano de Acção e na Resolução, aprovada também ela por todos os aderentes do CPPC presentes na assembleia. Insere-se aqui toda a acção a desenvolver contra os blocos político-militares, como a NATO; contra a militarização da União Europeia; contra as bases militares estrangeiras; pelo fim da corrida aos armamentos; por um mundo livre de armas nucleares; pela rejeição da participação de tropas ou forças militarizadas portuguesas em agressões a outros povos e por uma política externa independente de Portugal.

Um outro objectivo a levar por diante é a intensificação da solidariedade e cooperação com todos os povos do mundo, em particular com os povos vítimas de guerras imperialistas. O CPPC deverá, nomeadamente, continuar a solidarizar-se com a resistência contra a agressão, a ocupação, a ingerência estrangeira, a chantagem, o bloqueio ou ameaça de intervenção militar, apoiando a luta dos povos pelo seu inalienável direito à autodeterminação, à soberania, à liberdade, à independência dos seus respectivos países.

Em coerência com estes objectivos, a Assembleia da Paz definiu que a acção do CPPC terá de continuar a ser pautada pela «denúncia e combate às crescentes e intoleráveis injustiças, a todas as formas de opressão, exclusão e discriminação geradas por um sistema capitalista cuja crise se agudiza e que encontra, igualmente, na guerra uma forma de impor o seu domínio».

## Em Portugal e no Mundo

Para que os órgãos sociais eleitos (ver texto nestas páginas) possam levar por diante todas as decisões da XXII Assembleia da Paz precisam de se virar para outra vertente, também ela prevista nos documentos aprovados – o reforço orgânico do CPPC. A dinamização do funcionamento dos seus órgãos e a promoção da participação dos aderentes nas actividades, nomeadamente os membros da Presidência, são duas medidas que importa desde logo levar por diante. Mas não é tudo. Ficou ainda previsto o desenvolvimento de iniciativas que permitam aumentar o número de aderentes do CPPC, nomeadamente entre a juventude; incentivar a criação e o funcionamento regular dos núcleos, ou Comissões de Paz; assegurar a divulgação da intervenção do CPPC e uma mais regular edição do *Notícias da Paz* e outras publicações e reforçar a presença do Conselho da Paz na *Internet* são outros dos objectivos.

Consciente de que a «melhor e mais significativa contribuição» que pode dar para o reforço do movimento da paz a nível mundial é o «reforço do movimento da paz em Portugal e da sua acção», o CPPC não desvaloriza – antes pelo contrário – a importância das suas relações com o movimento da paz de outros países e, especialmente, com o Conselho Mundial da Paz e suas organizações-membro.

No Plano de Acção reafirma-se que o CPPC «continuará a contribuir para a articulação do trabalho entre os movimentos pela paz no mundo, nomeadamente, no seio do CMP, estreitando a sua colaboração e disponibilizando-se para continuar a assumir os compromissos que continuem a colocar-se». Assim, e até à próxima assembleia do CMP, que se realizará este ano no Nepal, o CPPC continuará a assumir as suas responsabilidades como membro coordenador da região Europa e do Executivo do CMP.

A Assembleia da Paz aprovou ainda o Relatório de Actividades, o Relatório de Contas e o Orçamento.

## XXII Assembleia da Paz

# Órgãos Sociais eleitos

### Direcção

#### Presidente

Ilda Figueiredo

#### Vice-presidentes

José Baptista Alves e Rui Namorado Rosa

#### Tesoureiro

Filipe Ferreira

#### Secretários

Carlos Carvalho, Hernâni Magalhães e João Gordo Martins

#### Vogais

André Oliveira, Catarina Sousa, Gustavo Carneiro, Helena Barbosa, Helena Casqueiro, Inês Seixas, João Alves e Rita Lopes

### Mesa da Assembleia Geral

#### Presidente

António Avelãs Nunes

#### Vice-presidente

Falcão de Campos

#### Vogais

Vítor Silva e Joana Dias Pereira

### Comissão Fiscalizadora

#### Presidente

Francisco Vilhena

#### Vogais

Elvira Palhinhas e João Saraiva

### Presidência

Abílio Fernandes, Alfredo Monteiro, Alice Vieira, Ana Teresa Vicente, António Arnault, António José Avelãs Nunes, António Pereira Soares, António Vitorino d'Almeida, Armando Caldas, Avelino Pacheco-Gonçalves, Brito Apolónia, Carlos Araújo Sequeira, Carlos Carvalhas, Carlos Carvalho, Carlos do Carmo, Cláudia Madeira, Deolinda Machado, Dieter Dellinger, Dourada Mendes, Etelvina Reis, Eugénio Cavalheiro, Falcão de Campos, Francisco Santos, Frederico de Carvalho, Frei Bento Domingues, Graciete Cruz, Graziela Abraços, Gustavo Carneiro, Hélder Madeira, Igrejas Caeiro, Isabel Castro, Jaime Gralheiro, Joana Pereira, João Honrado, José Augusto Paixão, José Ernesto Cartaxo, José Goulão, José Manuel Tengarrinha, Laura Lopes, Levy Baptista, Luis Fernando Melo Biscaia, Luís Varatojo, Luís Vicente, Luíz Francisco Rebello, Manuel Duran Clemente, Manuel Freire, Margarida Tengarrinha, Maria do Céu Guerra, Maria Helena Rato, Maria Velho da Costa, Mário Pádua, Mário Ruivo, Miguel Madeira, Paco Bandeira, Parcídio Sumavielle Soares, Paulo de Carvalho, Paula Santos, Pezarat Correia, Rui Namorado Rosa, Sandra Benfica, Sérgio Ribeiro, Silas Cerqueira, Urbano Tavares Rodrigues, Valdemar Santos, Vasco Pinto Leite, Vítor Pinto, Vítor Silva.





# Levar mais longe a causa da Paz

Ao longo de uma intensa tarde de trabalhos, os participantes na XXII Assembleia da Paz não se limitaram a definir as linhas de acção do CPPC para os próximos dois anos (ver páginas anteriores). Analisaram a realidade, desvendaram intenções, propuseram caminhos – cumprindo, assim, as suas responsabilidades de combatentes pela paz, condição fundamental para um futuro que se quer de desenvolvimento, progresso e justiça.

Ausente do País por razões profissionais, o presidente da mesa da Assembleia Geral, António Avelãs Nunes, enviou uma mensagem onde destacava a importância crescente do CPPC, face às ameaças que pairam sobre a paz no mundo. Em sua opinião, «cabe-nos, como cidadãos, uma responsabilidade enorme nas lutas a travar, tanto no que se refere ao trabalho teórico (que nos ajuda a compreender a realidade) como no que respeita à luta ideológica (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas)». Em seguida, apontou o caminho: «os povos organizados podem acelerar o movimento da história e podem “fazer” a sua própria história».

Do Brasil chegou outra mensagem, desta feita da presidente do Conselho Mundial da Paz, Maria do Socorro Gomes. Salientando o «papel fundamental na luta dos povos do mundo contra as agressões e guerras imperialistas, bem como no fortalecimento dos laços de solidariedade entre os povos» desempenhado pelo CPPC ao longo da sua existência, Socorro Gomes valorizou que o CPPC é um «factor de confiança na vitória dos ideais de justiça, soberania e respeito entre as nações».

## Parceiros de causas

A CGTP-IN e o MPPM, habituais parceiros do CPPC nos diversos combates travados no País pelas causas da paz, enviaram mensagens à assembleia. No caso da Intersindical, esta garantia ver no CPPC a «organização de âmbito nacional que, de forma mais persistente, determinada e coerente tem mobilizado a sociedade portuguesa na nobre luta contra a guerra e o militarismo, pela paz,



a cooperação, solidariedade e amizade entre os povos».

Daí a CGTP-IN reiterar, na mensagem enviada, a determinação de reforçar a cooperação com o CPPC. Presente na assembleia, Graciete Cruz, da direcção da CGTP-IN, manifestou o interesse da central sindical em formalizar um protocolo com o CPPC que dê corpo a esta determinação.

Já o Movimento Português pelos Direitos do Povo Palestino e a Paz no Médio Oriente (MPPM) sublinhou o imperativo de reforçar e alargar o campo da luta pela paz, no quadro dos «princípios basilares da soberania dos estados e da não ingerência nos assuntos internos de cada país». O MPPM reiterou a sua disponibilidade e empenho para aprofundar a sua cooperação com o CPPC precisamente partir desses princípios.

O Movimento da Paz do Porto fez-se representar na assembleia, por José Pedro Rodrigues, que destacou a convergência de objectivos e causas entre as duas estruturas.

## Aprender com a história

Margarida Tengarrinha e Silas Cerqueira, membros da Presidência do CPPC e «fundadores» do movimento da paz no nosso País, na alvorada dos anos 50 do século passado, intervieram na assembleia, conferindo ao evento uma continuidade histó-

rica cuja compreensão é essencial para os duros combates que se avizinham.

Margarida Tengarrinha realçou a importância e actualidade da luta contra a NATO (causa que mobilizou milhares de portugueses em 1952), ao passo que Silas Cerqueira acentuou a sua preocupação com o carácter unitário do movimento da paz, sendo em sua opinião fundamental encontrar exigências unificadoras de diversas sensibilidades políticas e religiosas.

Sérgio Ribeiro, também ele da Presidência do CPPC e activista do movimento da paz há mais de 40 anos, lembrou a sua participação em reuniões internacionais pela Paz, antes do 25 de Abril, quando tal era proibido, e destacou a continuidade das causas e exigências do movimento: desarmamento, dissolução da NATO, respeito pela soberania e independência de povos e países. E terminou com um aviso: «a paz é uma necessidade intrínseca, sem complemento directo, é uma necessidade. É como a água, os recursos que nos mantêm seres vivos, é, hoje, a sobrevivência da Humanidade.»

## Aprofundar conhecimentos

Frederico de Carvalho, membro da Presidência do CPPC e vice-presidente da Federação Internacional de Trabalhadores Científicos, abordou o esforço financeiro dedicado ao armamento, que se ►

► mantém a níveis semelhantes ou mesmo superiores aos verificados nos anos mais «quentes» da chamada *Guerra Fria*. Abordando as mais recentes inovações científicas ao nível dos armamentos, o investigador lembrou que as despesas militares dos EUA, as mais altas do mundo, ultrapassaram em 2011 os 700 mil milhões de dólares (mais do que duplicaram entre 2001 e 2011). A China, que apresenta a segunda maior despesa militar, encontra-se a grande distância dos EUA, com cerca de um sexto dos gastos.

Frederico de Carvalho chamou ainda a atenção para quatro domínios, que merecem a seu ver especial atenção: armas nucleares; robôs militares; armas de energia dirigida, ditas *não letais*; e a utilização da cibernética para fins de espionagem.

Luís Vicente, à data vice-presidente do CPPC e actualmente membro da Presidência, referiu-se aos «conflitos esquecidos» que se travam no continente africano e que continuam a constituir bloqueios ao seu desenvolvimento. Depois de passar em revista os diferentes conflitos que sangram aquele continente, Luís Vicente garantiu que «é na economia política do colonialismo que se enraízam muitas das guerras civis actuais».

## A paz constrói-se

As restantes intervenções proferidas na assembleia foram dedicadas à acção prática do CPPC na ampliação do movimento da paz. Helena Barbosa, que seria eleita para a Direcção, considerou que «é intensificando a luta dos trabalhadores e da juventude em cada país, procurando dar resposta aos seus problemas concretos que se amplia e reforça, num quadro mais geral, o movimento da paz». Em sua opinião, a luta pela paz «faz parte e é condição necessária para assegurar o rumo de progresso e de justiça social» e só as lutas dos povos poderão derrotar o imperialismo e garantir a paz.

Manuel Matos interveio em nome do recém-formado núcleo de Coimbra do CPPC, que tem desenvolvido uma interessante e intensa actividade.

A fechar, a presidente eleita, Ilda Figueiredo, falando em nome de toda a equipa, referiu-se à importância de, nos difíceis tempos em que vivemos, alargar e ampliar a luta pela paz, contra a guerra e pelo reforço da solidariedade com os povos que defendem a sua soberania e independência.

## Moções

### Moções aprovadas por unanimidade e aclamação na XXII Assembleia da Paz

#### Defender o artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa

No momento actual em que a desvirtuação e desconsideração da Constituição da República Portuguesa por parte dos governos vem sendo a ordem do dia, a XXII Assembleia da Paz apela com urgência a todas as organizações, pessoas, amantes da paz, da amizade e da cooperação a amplificação de esforços na defesa da sua integridade ao mesmo tempo que exige do Governo português a adopção de uma política externa em conformidade com os princípios nela inscritos.

#### Prosseguir a luta contra a NATO

A XXI Assembleia da Paz, delibera também a renovação dos compromissos assumidos pela Campanha «Paz Sim! NATO Não!», nomeadamente na prossecução do esclarecimento do povo português, bem como na luta contra as guerras de agressão e pelo fim dos blocos político-militares ao mesmo tempo que exige do Governo português se bata pela dissolução da NATO em cumprimento da Constituição da República.

#### Não à escalada de guerra no Médio Oriente

A XXI Assembleia da Paz reprovou firmemente a escalada de guerra no Médio Oriente, manifestou a total desaprovação dos actos criminosos que os EUA e os seus aliados da NATO lançaram contra o povo líbio e agora na instigação, na desestabilização interna, e na ameaça de agressão militar directa contra a Síria e o Irão.

A Assembleia da Paz exige o fim de qualquer ingerência e desestabilização na Síria, o respeito pela soberania, independência e integridade territorial deste país. Exige também o fim das ameaças de agressão ao Irão e o pleno cumprimento do Tratado de Não Proliferação Nuclear e reclama do Governo português o respeito pela Constituição da República e pela Carta das Nações Unidas que preconiza a solução pacífica dos conflitos internacionais e a não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados.

#### Pelo reconhecimento do Estado da Palestina

Solidários com a causa do povo palestino, os participantes na XXII Assembleia da Paz votaram favoravelmente: O apoio sem reservas do reconhecimento do Estado da Palestina como membro de pleno direito da ONU, com fronteiras anteriores a Junho de 1967 e com capital em Jerusalém Leste; A reivindicação ao Governo Português do voto favorável à admissão da Palestina como membro de pleno direito da ONU; A exigência do fim da ocupação israelita; A interrupção da construção dos colonatos e desmantelamento dos existentes; O derrube do Muro de Separação; O fim do bloqueio a Gaza; A libertação dos presos políticos palestinianos e no respeito do direito ao regresso dos refugiados.

#### Pelo respeito e cumprimento do inalienável direito à autodeterminação do povo saharauí

Fiéis à sua solidariedade com a justa causa do povo saharauí, ocupado ilegalmente por Marrocos há mais de 30 anos, os participantes na XXII Assembleia da Paz:

Reafirmam a sua solidariedade para como povo saharauí e reclamam do governo português uma posição interventiva junto da ONU (para que se dê o real cumprimento das variadas resoluções sobre esta causa) e condenam a postura do governo de Marrocos, atentatória do respeito pelos direitos humanos do povo saharauí nos territórios ocupados.

#### Pela libertação dos cinco patriotas cubanos presos nos EUA

Cinco patriotas cubanos, Antonio Guerrero, Fernando González, Gerardo Hernández, Ramón Labañino e René González foram presos sem comprovação de culpabilidade e sem terem sido respeitados os seus direitos, condenados a brutais penas de prisão nos EUA.

A Assembleia da Paz perante a injusta situação imposta, exige a libertação, sem condições, destes cinco patriotas cubanos e o seu imediato regresso a Cuba, pondo fim, desta forma, a uma indevida e inaceitável situação que se prolonga há 13 anos.



# Visita à República Popular da China

A Convite da CPAPD (Chinese Peoples Association for Peace and Disarmament) teve lugar no período de 18 a 30 de Novembro de 2011 uma visita à República Popular da China por um grupo de representantes de organizações de 15 países, membros do Conselho Mundial da Paz. Entre estes esteve o representante do CPPC, Baptista Alves, que integrou a visita a partir do dia 21.

Os países representados foram: Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Egito, Turquia, Líbano, Jordânia, Palestina, Síria, Irão, Grécia, África do Sul, Zimbabué e Chipre.

A visita constou de um intenso programa de contactos com entidades oficiais, municipais e regionais, envolvendo três regiões: Pequim, Xi'an e Xiamen. Para além dum conjunto de reuniões com temas programados Política Económica e Social, Direitos Humanos e Política das Relações Internacionais, houve ainda lugar à concretização de uma Conferên-

cia sobre o Médio Oriente, aproveitando a presença de um significativo grupo de países daquela zona do globo.

Nas regiões visitadas, para além de roteiros culturais, os participantes tomaram contacto com responsáveis por diversos departamentos, do bem-estar social à protecção de minorias étnicas, passando pela protecção ambiental.

Para lá das visitas a locais históricos como a Cidade Proibida ou a Grande Muralha, houve ainda lugar a um encontro com responsáveis do CPAPD, durante o qual foram feitas apresentações por cada um dos países representados.

O vice-presidente do CPPC salientou, na ocasião, que «Portugal está hoje a viver um dos períodos mais difíceis de toda a sua história. Sitiado pela agitação internacional, expropriado de fatias importantes da sua soberania, sobre-endividado, submete-se, pela mão do governo de direita em exercício, sem luta, às exigências externas, impondo ao povo



português um duríssimo regime de austeridade com consequências dramáticas na degradação das condições de vida da esmagadora maioria da população». Para Baptista Alves, «recolocar o País nos caminhos de Abril valorizando o desenvolvendo as capacidades produtivas nacionais, aprofundando a vivência democrática no respeito pelos princípios da equidade social, defendendo a independência nacional, a paz e a cooperação com todos os outros povos do Mundo, é o único caminho credível para a saída da crise e para a construção dum futuro melhor».

## Seminário Internacional no Brasil

Joana Dias Pereira, da mesa da Assembleia-geral, representou o CPPC num Seminário Internacional realizado em São Paulo, no Brasil, nos dias 2 e 3 de Dezembro. O seminário, que teve como tema *Os direitos humanos na perspectiva da construção de uma cultura de paz*, foi promovido pelo Cebapaz, cuja presidente, Maria do Socorro Gomes, preside também ao Conselho Mundial da Paz.

A representante do CPPC, que interveio na mesa de abertura do seminário, começou por considerar «tese confirmada pela experiência histórica do movimento da paz em Portugal e do povo português» o facto de a luta pela paz ser «parte integrante e indissociável da luta pela emancipação social e nacional». Ou seja, clarificou, «o direito à paz é condição e parte integrante da realização dos direitos sociais e nacionais dos povos». Assim, prosseguiu Joana Dias Pereira, a conquista da paz pelo povo português «foi, é e será condição necessária e indissociável da conquista da sua soberania, do seu progresso social e desenvolvimento económico».

Considerando que o movimento e a luta pela paz em Portugal, desde a sua criação nos anos 40 do século XX, «foram parte integrante da luta contra o regime fascista português», a representante do CPPC acrescentou que esse movimento contribuiu de um modo importante para «alargar o campo da unidade democrática, designadamente após a vitória sobre o nazi-



fascismo, com as lutas contra as armas atómicas – criminosamente lançadas pelos EUA contra Hiroxima e Nagasáqui – e contra a criação da NATO, em 1949, da qual o regime fascista português foi membro fundador».

Alertando para o recrudescer da agressividade do imperialismo, Joana Dias Pereira considerou a NATO a «mais séria e significativa ameaça à segurança e à paz ao nível mundial». E valorizou ainda a «admirável resistência e luta dos povos contra a opressão e a exploração, contra a injustiça, pela liberdade e a paz, numa prova inequívoca que o futuro do Mundo será aquilo que a humanidade determinar».

# Palestina vencerá!

**R**ealizou-se, entre 18 e 22 de Setembro, uma missão de solidariedade à Palestina promovida em conjunto pela Federação Mundial da Juventude Democrática e o Conselho Mundial da Paz. Entre os 20 delegados presentes esteve Filipe Ferreira, em representação do CPPC.

A missão realizou-se a convite do Comité Palestiniano para a Paz e Solidariedade (PCPS) e os seus participantes tiveram a oportunidade de se encontrar com representantes da Autoridade Nacional Palestiniana, da Organização de Libertação da Palestina e do Conselho Legislativo Palestiniano, com diversos partidos políticos (Fatah, Partido do Povo da Palestina, Frente Popular de Libertação da Palestina e Frente Democrática de Libertação da Palestina), e ainda com organizações e movimentos de juventude.

As duas organizações internacionais também se encontraram com representantes do movimento da paz de Israel, do Partido Comunista de Israel e da Frente pela Paz e Igualdade (Hadash) do Knesset, o Parlamento Israelita.



Ao longo dos dias em que durou a missão, os seus participantes puderam verificar *in loco* as consequências do muro que rasga a Margem Ocidental, o crescimento dos colonatos, a situação dramática de centenas de milhares de refugiados no seu próprio país ou as dezenas de postos de controlo na Margem Ocidental e em Jerusalém.

Clara é também a discriminação dos israelitas árabes em todas as esferas da vida.

Este foi também o momento de reafirmar o apoio do CMP e da FMJD à resistência popular contra a ocupação e a agressão, com a confiança de que dela nascerá o futuro Estado independente da Palestina, com capital em Jerusalém.

## Contra a militarização da UE

O CPPC participou, no dia 9 de Novembro, numa conferência sobre a militarização da União Europeia, promovida pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu. A iniciativa, realizada em Bruxelas, reuniu um grupo de deputados, activistas, especialistas e investigadores que trabalham sobre armamento e investigação com fins militares.

Na conferência, denunciou-se a transformação crescente da União Europeia numa estrutura militar, bem como a sua participação em diversas guerras de agressão contra países e povos – de que a guerra contra a Líbia é apenas o episódio mais recente. Alertou-se ainda para o aumento do investimento comunitário em armamento – cada vez mais sofisticado – sob a capa de investigação «civil» e mesmo «espacial».

Na sua intervenção, o representante do CPPC, Gustavo Carneiro, lembrou que a «criação e desenvolvimento da dimensão militar da União Europeia é um processo que acompanha, passo a passo, o aprofundamento das suas outras dimensões, a federalista e a neoliberal». Estas dimensões, realçou, são «interdependentes e estão presentes em todas as alterações aos tratados – desde Maastricht, passando pelos de Amesterdão e de Nice, até ao de Lisboa». O dirigente do CPPC denunciou ainda a estreita ligação da UE com a estrutura da NATO.

## Nos 10 anos do Campo de Tortura de Guantanamo

No momento em que se assinalam os 10 anos do início da utilização, por parte dos Estados Unidos da América, da base de Guantánamo como centro de detenção ilegal e tortura de prisioneiros no âmbito da famigerada guerra contra o terrorismo, o CPPC lembra os «inúmeros prisioneiros» que por lá passaram e que, «privados das mínimas garantias legais e sem julgamento, foram sujeitos às maiores violências físicas e psicológicas». Estiveram ali encarcerados cerca de 800 prisioneiros.

Numa tomada de posição sobre esse negro aniversário, o CPPC recorda ainda que o presidente dos EUA, Barack Obama, se comprometeu a fechar o campo quando foi eleito, mas tal não aconteceu nem está previsto que aconteça.

Ligado a isto estão ainda os voos da CIA transportando prisioneiros para Guantánamo, que contaram, na sua passagem pela Europa, com o beneplácito de diversos governos, incluindo do português.

O CPPC, reafirmando a exigência de encerramento do campo de torturas de Guantánamo, quer ver devolvidos os terrenos da base ao seu legítimo dono - o povo e o Estado cubanos.



CPPC solidário

# Pelo Estado da Palestina

O CPPC assinalou, no dia 27 de Dezembro, o terceiro aniversário do início do massacre israelita contra a população palestina da Faixa de Gaza – a chamada Operação Chumbo Fundido, que em menos de um mês provocou a morte de 1400 pessoas e deixou feridas 5000, na sua maioria civis palestinianos, mulheres e crianças.

Vinte activistas do Conselho da Paz distribuíram, no Largo de Camões, em Lisboa, centenas de folhetos denunciando o massacre israelita e recordando os efeitos de-vastadores daquela operação na economia da pobre região, vítima de um cruel e imoral bloqueio por parte de Israel. Por iniciativa do CPPC, foi ainda tomada uma posição comum de diversas organizações nacionais sobre este assunto.

A acção realizou-se num momento em que está em discussão nas Nações Unidas o reconhecimento do Estado da Palestina



como membro de pleno direito da organização. No final do mês de Outubro, a Palestina foi aceite, de forma esmagadora, como membro da UNESCO (107 países a favor, 52 abstenções e 14 votos contra), o que, como sublinhou o CPPC na ocasião,

representa um «indiscutível reconhecimento da grande maioria dos países do mundo da rica cultura do povo palestino e torna ainda mais claro o apoio generalizado à sua aspiração de ter o seu próprio estado independente, soberano e viável».

## Magusto em Coimbra

O núcleo de Coimbra do CPPC promoveu, no dia 21 de Dezembro, um Magusto pela Paz, com a consigna Paz Sim! Guerra Não!. O núcleo deixou a certeza de que realizará mais iniciativas pela paz para que também em Coimbra se alargue a luta por um mundo mais justo, pacífico e solidário.

## Presente!

Como vem sendo hábito, o CPPC marcou forte presença na grande manifestação sindical de 1 de Outubro, em Lisboa, promovida pela CGTP-IN. Nas duas manifestações desse dia, em Lisboa e no Porto, participaram quase 300 mil pessoas.

Nos dias 27 e 28 de Outubro, realizou-se em Lisboa a 5.ª Conferência Inter-sindical de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Saharaui, promovido pela CGTP-IN. O CPPC esteve representado por Vítor Silva, à data membro da direcção e actualmente vogal da mesa da Assembleia-geral. Também no Fórum Água de Todos, não à Privatização, realizado no dia seguinte, na Voz do Operário, em Lisboa, que contou com a presença de mais de 300 pessoas, o CPPC esteve representado.

## Marcha da Rota

Activistas do CPPC voltaram a marcar presença na Marcha da Rota, em Cádiz, Espanha. Os portugueses juntaram-se aos mais de 5000 espanhóis que, uma vez mais, se manifestaram junto à base contra a instalação do sistema anti-míssil, imposto pela NATO e pelos EUA, naquela base e pela dissolução da aliança atlântica, pelo fim das bases militares estrangeiras e das agressões imperialistas. No final da marcha, o CPPC usou da palavra.



Conselho Português para a Paz e Cooperação  
Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email: [conselhopez@cpc.pt](mailto:conselhopez@cpc.pt)  
[www.cpc.pt](http://www.cpc.pt)  
Visita e adere à nossa página do Facebook